

# GOVERNANÇA TERRITORIAL: um caminho para a sustentabilidade das comunidades.

## Definição de um método de medição qualitativa de instrumentos de governança.

### Estudo de caso: Parcerias público-privadas em Portugal

**Autora: Lucinda Oliveira Caetano**  
**Orientador: João Carlos V.S Cabral**  
Faculdade de Arquitetura (FA) - Universidade de Lisboa - Portugal  
CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design  
Doutoramento em Urbanismo  
E-mail de contato - lucinda.caetano63@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Os documentos estratégicos para a Europa 2020 e consequentemente para Portugal 2020 reforçam a necessidade de se promover uma economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social.

Na agenda das políticas públicas para os territórios incluem-se conceitos como governança, abordagem de base local e sustentabilidade.

## OBJETIVO

O objetivo desta investigação é criar/ testar uma grelha de leitura que articule as dimensões da governança com os vetores estratégicos da sustentabilidade, para aferir/ mensurar a qualidade dos instrumentos de governança.

A nossa questão central parte da premissa de que a GOVERNANÇA TERRITORIAL aporta um caminho para a SUSTENTABILIDADE territorial e humana.

## MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado será a análise interpretativa de dados recolhidos na literatura temática para criação da grelha de leitura.

Para aferição da pertinência da grelha de leitura serão obtidos dados através da aplicação da grelha de leitura a um estudo de caso - Parcerias público-privadas.

## RESULTADOS OBTIDOS

O resultados obtidos parecem corroborar a nossa premissa de partida, que uma vez testada empiricamente, poderá tornar-se uma ferramenta útil na operacionalização das políticas públicas.

## CONCLUSÃO

Em síntese, o estudo procurou delimitar, no âmbito da sustentabilidade, alguns fatores prioritários para operacionalizar no território as políticas públicas.

Nesse âmbito os governos locais deverão pugnar pela assunção de uma visão estratégica que articule o planeamento urbanístico com a governança territorial, numa ótica de sustentabilidade económica, ambiental e humana.

## QUADRO

Conteúdo das tipologias de PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS nas dimensões da governança

DIMENSÕES GOVERNANÇA	CONTEÚDO	TIPOLOGIAS PPPs	Características
Política & Políticas públicas	Definição estratégica alinhada com as diretrizes das Nações Unidas e da Europa, integrado no sistema jurídico, com reflexos territoriais	Orçamento Participativo	Valores da democracia participativa, constantes do artigo 2º e 48.º da Constituição da República Portuguesa/Folha
		Empreitadas ou terceirização	Código da Contratação pública (DL 18/2008, com as alterações posteriores)
		Contratos de planeamento e reabilitação	RJIGT (DL 80/2015) e RJRU (DL 307/ 2009, com as alterações posteriores)
		Concessão de serviços e infraestruturas	Diplomas próprios (RCM, DL, Leis ou Contratos de Concessão)
		Fils e empresas de capital misto	Orçamento de Estado 2008 e 2009, RJRU e Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio
Políticas de base local & Associativismo	Abordagem integrada de base local, focada no território e em parceria com a comunidade e com os agentes económicos	Orçamento Participativo	Participação de entidades singulares e coletivas da sociedade civil
		Empreitadas ou terceirização	Por norma são as empresas locais que concorrem <sup>1</sup>
		Contratos de planeamento e reabilitação	Participação de promotores imobiliários, proprietários e eventualmente investidores
		Concessão de serviços e infraestruturas	Determinar no âmbito legislativo ou nas posturas municipais como condição da concessão o recurso a entidades locais
		Fils e empresas de capital misto	Participação de promotores imobiliários, proprietários e eventualmente investidores
Planeamento estratégico & Urbanístico	Regulação territorial objetivando o desenvolvimento urbano harmonioso e integrado, com participação pública	Orçamento Participativo	Eventual inclusão das ideias e necessidades das comunidades no quadro referencial do IGT
		Empreitadas ou terceirização	Publicitação exigível no CCP, podendo integrar os encargos nos PMOTs
		Contratos de planeamento e reabilitação	Publicitação exigível no art.º 79.º do RJIGT e negociação nos termos do art.º 43 do RJRU
		Concessão de serviços e infraestruturas	Publicitação nos termos do CCP e do art.º 42 do RJRU
		Fils e empresas de capital misto	Permite operacionalizar mecanismos minimizadores de riscos associados às finanças públicas <sup>2</sup>
Nova gestão pública & Governança empresarial	Modelo organizativo baseado em resultados, diferenciado da organização da administração pública tradicional	Orçamento Participativo	Gestão pelas associações da Sociedade Civil
		Empreitadas ou terceirização	Gestão pelas empresas empreiteiras
		Contratos de planeamento e reabilitação	Gestão pelas entidades gestoras
		Concessão de serviços e infraestruturas	Gestão pelas entidades concessionárias
		Fils e empresas de capital misto	Gestão pelas entidades gestoras

<sup>1</sup> Razão pela qual em Portugal tantas pequenas e médias empresas (PME) locais entraram em colapso, na sequência da falência dos municípios.

<sup>2</sup> Mas para ser eficaz deve ter monitorização constante.